

Edifícios com entradas separadas, consoante o que se pague

Na cidade de Nova Iorque, onde a desigualdade é um assunto candente, está a gerar polémica uma política urbanística que favorece com incentivos fiscais as promotoras de habitações de luxo que reservam uma quota de andares subsidiados pelo município para as pessoas com menores rendimentos, mas com entradas e instalações diferentes.

No elegante bairro do Upper West Side, no distrito de Manhattan, entrou em funcionamento um arranha-céus de vários andares com duas entradas separadas: a principal é reservada aos donos de luxuosos andares adquiridos a preço de mercado; a outra, situada numa outra rua e batizada pelas pessoas como “a porta para pobres”, é por onde acedem os inquilinos dos andares subsidiados.

E uma vez dentro do edifício, as diferenças aumentam. Os que mais pagam têm acesso livre (em troca de uma taxa) a instalações espetaculares: ginásio, piscina, teatro, pista de bowling... já os outros não podem entrar nessas zonas nem mesmo se estiverem dispostos a pagar por isso. Como na série “Downton Abbey”, os andares de baixo são ocupados pelos menos ricos.

O mesmo acontece noutra edifício situado em Williamsburg, um bairro de Brooklyn que se converteu no formigueiro da cultura hipster. Os proprietários pagam até mil dólares por mês (900 euros) de modo a contribuir para a manutenção das instalações, às quais os outros vizinhos não podem aceder.

“Ninguém me trata na minha casa como a uma cidadã de segunda classe”, declara à [NBC New York](http://www.nbc.com), Jean Green, uma das inquilinas beneficiadas pelo sorteio do município, que apresentou uma queixa à Comissão de Direitos Humanos da cidade.

Mas nem todos os que estão na situação de Green partilham o seu ponto de vista. Boleslaw Wisniewski considera que se trata de “um acordo muito bom”: paga pelo seu estúdio 700 dólares por mês (636 euros), um quarto do preço de mercado em Williamsburg. Outro inquilino declara que está feliz por poder viver num bom bairro por esse preço.

Para aqueles que entram pela porta grande também lhes parece razoável a distinção. “Se não se paga o salário do porteiro, será justo que se beneficie dos seus serviços?”, objeta uma das proprietárias, embora defenda que seja dada oportunidade aos outros de pagarem pelas instalações que queiram utilizar.

Outra coisa é que possam pagá-lo. O limite máximo de rendimentos para entrar no sorteio de uma habitação subsidiada nessa zona está em 50 340 dólares anuais (45 753 euros). O aluguer de um andar de duas assoalhadas nesse regime ronda os mil dólares, contra os mais de 25 milhões de dólares que custaram alguns dos andares de luxo.

As críticas relativamente aos edifícios com “portas para pobres” acentuaram-se há um ano quando se tornou pública a concessão a uma das promotoras, a Extell Development Company. Mas agora os detratores estão a ficar perplexos ao verem o sucesso que estão a ter entre as pessoas de baixos rendimentos.

Segundo o [“The New York Times”](http://www.nytimes.com), para as 55 habitações subsidiadas oferecidas pelo edifício da Extell no Upper West Side, apresentaram-se 88 200 pedidos, e a promotora estima que chegarão a 90 000 antes de fechar o prazo. Das 219 habitações de luxo, já foi vendida a maioria delas.

A elevada resposta popular indica que, mesmo entrando por outra porta, as pessoas com menos rendimentos preferem viver lá. Ao fim e ao cabo, se não lhes fosse oferecida essa possibilidade, teriam de viver num bairro muito menos agradável. E a diferença para os da porta dos ricos seria ainda maior.

“Suponho que as pessoas gostam [do projeto]”, diz Gary Barnett, fundador e presidente da Extell. “Isto indica que existe uma procura enorme de habitações acessíveis e de qualidade em bairros bonitos”.

Não veem assim as coisas os vereadores Mark Levine e Corey Johnson, que querem incluir uma emenda na lei anti discriminação de Nova Iorque para proibir de forma expressa as distinções em virtude da “classe do arrendatário”.

Mas o problema foi criado pelo próprio município ao aprovar, em 2009, uma política urbanística que concede isenções fiscais (por um período de tempo que oscila entre 10 e 25 anos) às promotoras de habitações de luxo que também

oferecem andares subsidiados. Um dos que votou o plano foi o atual presidente do município, o democrata Bill de Blasio, então vereador, que hoje se apresenta como um lutador pela igualdade dos nova-iorquinos.

De Blasio afirma que quando votou essa política não se sabia nada acerca das chamadas “portas para pobres”. A sua administração acaba de anunciar que vai rever o plano para evitar que “quando num mesmo edifício sejam oferecidas habitações acessíveis, não se esteja a autorizar entradas separadas em função do nível de rendimentos”, diz um dos porta-vozes do gabinete do presidente do município.

Mas o problema não é só a entrada: de facto, a “porta dos pobres” facilita o acesso às habitações subsidiadas, que se encontram numa zona diferente do edifício. Daí que os promotores se defendam, dizendo que cumpriram tanto a letra como o espírito da lei: “Ninguém disse que o objetivo era a plena integração de ambos os tipos de população”, diz David Von Spreckelsen, vice-presidente da Toll Brothers, outra promotora que construiu habitações deste tipo em Nova Iorque.

Aquilo que agora perguntam alguns é por que motivo se se queria combater o problema da escassez de habitações acessíveis não se recorreu a outra fórmula, em vez de dar terreno e subsídios às promotoras de habitações de luxo.

Uma iniciativa do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA (HUD - United States Department of Housing and Urban Development, nas suas siglas em inglês) que está realmente a servir para corrigir o mercado da habitação são [os cheques para o aluguer de habitações](#), destinados a famílias de baixos rendimentos. A família escolhe um andar dos selecionados pelo HUD e só paga a diferença entre o preço do aluguer e o subsídio, quantia que o HUD se encarrega de pagar através das agências de habitação pública.

J. M.

Islão na Europa: Mais mesquitas, mais...

Um fotógrafo da agência Magnum exibiu em Inglaterra uma amostra de imagens de como se arranjam os muçulmanos em Itália para fazer as suas orações. Quando o espectador vê os fiéis de joelhos, a orar num salão, numa garagem ou numa nave industrial, e se apercebe de que existem apenas oito mesquitas para uma população de 1,3 milhões de crentes, abre a boca de assombro, embora a feche um pouco a seguir, quando lhe esclarecem que existem outros 200 sítios informais onde os seguidores do profeta podem efetuar os seus ritos.

A Itália, como quase todas as democracias europeias, estabeleceu disposições para que os fiéis muçulmanos exerçam a sua liberdade de culto dentro dos necessários limites do respeito pelos outros credos e pela ordem pública.

Isto embora um projeto de lei da região da Lombardia, de facto, impeça a construção de novas mesquitas ([“Aceprensa”, 3.5.2015](#)) — por pretextos vários, como que a arquitetura desses edifícios teria de estar em harmonia com a paisagem local, o que não tornaria possível erguer minaretes —, entrando em choque com o desejo dos líderes islâmicos e com o do primeiro-ministro Matteo Renzi, que enviou o texto para o Tribunal Constitucional de modo a ser feita a sua revisão.

As leis italianas são estritamente respeitadoras da cultura islâmica. De facto, existem disposições para que nas aulas se ensine o Alcorão como alternativa aos conteúdos de doutrina católica, sempre que haja o quórum necessário de estudantes a solicitá-lo. Igualmente, os modos regulamentados para o sacrifício de animais de consumo humano, que estabelecem dever ser entontecidos antes de morrer, permitem exceções a pedido de muçulmanos e judeus, para os quais o procedimento deve seguir outras normas.

Positivo, sem dúvida, embora para alguns não seja suficiente que uma sociedade ocidental respeite e acolha tradições que não passam de culturalmente minoritárias, pelo que podem atrever-se a ditar diretrizes e tentar alargar até à rutura os amplos limites da liberdade. Para amostra, o crucifixo que foi lançado da janela de um hospital de Áquila, em 2006, porque um muçulmano não queria vê-lo no quarto onde estava internada a sua mãe. Talvez um ligeiro lapso o tenha feito esquecer que esse centro hospitalar não estava em Riade nem em Doha, mas a poucos quilómetros do túmulo de São Pedro.

Não. Não basta com oito templos. Mas para quem se propõe ir sempre mais longe, 2200 muito menos seriam suficientes. Em França, por exemplo, o reitor da Grande Mesquita de Paris, Dalil Boubakeur, referiu-se a esse número: “Temos 2200 mesquitas, mas necessitamos de duplicar esse número dentro de dois anos”. Aplausos da multidão. E a verdade é que, na realidade, a ordem jurídica, se se reunirem os requisitos, poderia permitir este aumento, além de que nos círculos de poder não se cansam de repetir que o “verdadeiro Islão” não tem nada a ver com a interpretação feita pelos fanáticos. Se as mesquitas são erguidas pelos crentes “autênticos”, não há motivos para recear: estão no seu direito.

Sim, evidentemente. Mas não se deve esquecer o facto de que, não raramente, os sítios dos “autênticos” são o quadro em que os despercebidos proscritos se organizam e recrutam novos guerreiros, [como ficou demonstrado](#) mais de uma vez. Sabe-se que, nalguns casos, são a pobreza e a falta de oportunidades que levam os afetados a encetar o caminho das armas e a adotar algum credo fanático — que também pode ser ideológico, como sucedeu com algumas guerrilhas latino-americanas no passado —, e que até as prisões podem converter-se em escolas de extremismo. Mas nem sempre a exclusão social é a raiz do problema, e muitas vezes as

notícias aludem a rapazes e raparigas “bem” que se radicalizaram na mesquita “correta” ou nalgum círculo anexo.

O próprio presidente da Unió de Comunitats Islàmiques de Catalunya, Mohamed el Ghaidouni, manifestava ao “El Mundo” que a “maioria” dos imãs utiliza as mesquitas para pregar sermões “incompatíveis com os valores ocidentais”, e que muitas destas pessoas – em geral, formadas em Marrocos – não fazem a mínima ideia da realidade cultural, social, linguística e histórica dessa comunidade autónoma (onde estão registadas 60 % das detenções de jihadistas em Espanha). Isto inclina a pensar que, nalguns desses centros, certos indivíduos incitam a transformar a sociedade de liberdades que os acolhe, numa à semelhança das monarquias ou repúblicas semiteocráticas de onde vieram.

Sim: há bastantes mais mesquitas na Catalunha do que em toda a Itália. E o Estado de Direito tornou possível também que sejam numerosas em França, Alemanha, Grã-Bretanha, Bélgica, etc. Pode ser uma coincidência forçada, mas destes mesmos [países](#) provém grande parte dos extremistas que foram para a Síria “esmagar infiéis”: 1200 franceses, 600 britânicos, igual número de alemães, 440 belgas... enquanto se apontaram “apenas” 80 italianos. Tanto em números absolutos como em percentagem, essa Itália lenta a adotar a proliferação dos lugares oficiais de culto muçulmano fica bastante abaixo dos países mais abertos a fazer isso.

Por último, tomo nota da reclamação de um líder da comunidade muçulmana espanhola para que as escolas públicas introduzam de uma vez o ensino do Islão. De facto, já foi assinado um acordo há alguns anos que o permite, mas é necessário que haja suficientes alunos e imãs dispostos a dar as aulas. O seu argumento é que, para os rapazes, “uma boa formação torna-os menos permeáveis ao extremismo”. Muito bem; mas, relativamente à abertura da escola ao Islão, não será que, justamente, uma boa formação já devem estar a recebê-la na mesquita?

L. L.

Intolerância na campanha pelo casamento gay

Em 22 de maio de 2015, realizou-se na Irlanda um referendo sobre se se devia alterar a Constituição para definir o casamento como a união entre duas pessoas sem distinção do seu sexo. Como em qualquer assunto submetido a referendo, supunha-se que ambas as partes devem poder expor os seus argumentos. Mas, neste caso, o mero facto de alguém defender o “não”, foi apresentado como ofensivo.

A opinião pública parecia claramente favorável (as sondagens vaticinavam um apoio de entre 60 % e 70 %), mas mostrava-

se mais dividida no tema da adoção. O prognóstico seria muito mais fácil se tivesse que basear-se na opinião dos meios de comunicação social. Praticamente todos mostraram o seu apoio incondicional ao “sim”. A campanha a favor do casamento homossexual assumiu uma tonalidade monopolística: os defensores da emenda constitucional descreveram os seus oponentes como agentes perigosos para o bem público, guiados por interesses ocultos e inimigos do progresso. Assim foi justificado que as suas opiniões deviam ser colocadas em quarentena.

Outra manifestação deste clima rarefeito é a hipersensibilidade perante o que é encarado como uma ameaça à liberdade de expressão (a própria, claro; a dos outros é outro assunto). Em dezembro de 2014, a Autoridade Irlandesa para a Difusão (BAI Broadcasting Authority of Ireland, nas suas siglas em inglês) teve de publicar um [comunicado](#) esclarecendo que não havia obrigado nenhum meio de comunicação social a expor a visão do “não” para equilibrar os debates sobre o casamento homossexual. Segundo uma jornalista (Una Mullally), a BAI teria exigido que durante a apresentação do seu livro “In the Name of Love” num programa de rádio, entrevistasse uma pessoa com uma opinião contrária ao casamento homossexual.

A autora pode ter razão ao opor-se a que em qualquer debate polémico nos meios de comunicação social se deva guardar uma estrita proporcionalidade relativamente ao número de defensores de uma e outra posição; no entanto, que a BAI recorde a propósito do incidente a necessidade de “uma cobertura equitativa” dá pistas sobre o que ocorreu com a campanha pelo casamento homossexual na Irlanda.

Mesmo alguns dos seus defensores levantaram a voz contra o monopólio do “sim” nos meios de comunicação social. Num artigo significativamente intitulado “It’s not a debate if one side can’t speak”, [Eilis O’Hanlon](#) explica que “em determinado momento da polémica foi assumido que não é apenas homofóbico admitir dúvidas sobre o casamento do mesmo sexo; também o é referir que aqueles que as têm deveriam poder expressá-las”.

[Brendan O’Neill](#), editor da web de ideologia libertária “Spiked”, recolheu vários exemplos de como alguns defensores do “sim” procuraram silenciar os oponentes neste debate.

Uma das razões invocadas para suprimir as opiniões politicamente incorretas, é a saúde emocional da população. A Psychological Society of Ireland (PSI), pela boca do seu presidente, advertiu para o potencial efeito nocivo de certas investigações que salientam vantagens nas crianças criadas por casais heterossexuais. Para Paul D’Alton, que segundo contou, sofreu durante a sua juventude o estigma associado à sua condição de homossexual, essas conclusões “contradizem a posição dos profissionais da matéria em todo o mundo”; para o demonstrar, cita palavras da American Psychological Association (APA) sobre a falta de evidência científica no tema da criação por pais do mesmo sexo.

Contudo, D'Alton não parece recordar outras investigações com conclusões diferentes sobre o tema; como uma ("[Aceprensa](#)", 28.6.2012) que revelou o pouco rigor científico dos 59 estudos utilizados pela APA para declarar que os filhos em casais homossexuais têm sido criados tão bem como nos restantes.

Possivelmente, com esta omissão, D'Alton terá querido poupar à população esses efeitos nocivos que, parece, provoca conhecer opiniões diferentes da própria.

Outro dos recursos para não entrar no debate de ideias, é assegurar que a posição do "não" poderia incitar ao ódio através da violência verbal. No "Irish Times", [Una Mullally](#), a mesma jornalista que acusou a BAI, pedia a criação de um organismo de controlo para vigiar "a retórica inevitavelmente destrutiva que caracterizará uma posição" na discussão sobre o casamento homossexual (é fácil adivinhar qual). Mas, nesse artigo, a autora declarava sem aparente sensação de poder estar a ofender, que "a doutrina da Igreja católica sobre o tema é homofóbica".

Contudo, esta indignação a respeito do dissidente convive frequentemente com a superficialidade nos próprios argumentos. Uma amostra da pouca profundidade de certos raciocínios pode ser vista em "It's not a debate if one side can't speak". Apesar de O'Hanlon reclamar uma discussão aberta e respeitadora para com os que pediam o "não", despacha a sua opinião sobre se dois homossexuais podem casar-se com a seguinte comparação: devido ao facto do casamento ser somente um contrato particular assumido pelo Estado, "reservá-lo unicamente para cônjuges de sexo diferente faz tão pouco sentido, como conceder empréstimos hipotecários apenas às pessoas que falem esperanto". O sentido social do casamento não parece merecer a O'Hanlon mais reflexões.

Este tipo de argumentos aponta para outro comportamento paradoxal: os defensores do "sim" costumam autodescrever-se como livres pensadores e lutadores irredutíveis em prol de um ideal, mas ao mesmo tempo não têm dúvidas em abraçar um positivismo jurídico bastante conservador e muito pouco idealista: "se a lei declara que dois *gays* podem casar-se, não há mais nada para debater".

A campanha a favor do casamento homossexual insistiu em etiquetar os argumentos contrários como preconceitos derivados de concepções morais ou religiosas irracionais. Daí que entre os defensores do casamento tradicional haja quem tenha enfatizado os aspetos políticos, demográficos ou sociais do debate.

Bruce Arnold é um jornalista e escritor inglês radicado na Irlanda há mais de 50 anos. Tornou-se famoso por ter sido vítima de escutas telefónicas por parte do governo irlandês nos anos 80. Também é conhecido por ser um crítico da Igreja católica no país. Os seus argumentos a favor do "não" no referendo eram insuspeitos de ser ditados pela hierarquia eclesiástica.

Num [relatório](#) publicado com outros jornalistas e especialistas, Arnold explicou as consequências negativas que teria para a Irlanda a aprovação do casamento homossexual. Não fala de religião em nenhum momento, nem tão-pouco alude a temas morais. Centra-se em aspetos jurídicos e sociais: por exemplo, critica a ideia de que a vitória do "sim" apenas teria como implicação o alargamento a toda a gente de um direito já existente; na sua opinião, seria criado um novo direito, pois a instituição à qual dá acesso seria reformulada no essencial. Também refere possíveis efeitos colaterais, como a extensão das barrigas de aluguer, com a exploração de mulheres e os conflitos familiares que geralmente comporta.

Neste referendo irlandês, o sim ganhou com 62 % dos votos, contra 38 % do não.

F. R.-B.

"Evereste"

"Everest"

Realizador: Baltasar Kormákur

Atores: Jason Clarke, Emily Watson, Jake Gyllenhaal

Duração: 120 min.

Ano: 2015

O jornalista Jon Krakauer relata no seu livro "Into thin air", uma expedição que, em 1996, conquistou o cume do Evereste, mas que no final se transformará em tragédia... Este filme inspira-se nos factos ocorridos com vários dos membros dessa expedição, focando-se de modo especial no líder do grupo. Como responsável do projeto, ele vai procurar que todos alcancem o topo, mas ao deixar-se levar pelos sentimentos, negligencia as normas de segurança e o plano estabelecido. Apesar de ser uma pessoa experiente, aceita correr riscos desnecessários para evitar confrontar as pessoas com as suas reais capacidades. Além disso, surgem falhas logísticas inaceitáveis, como a não concretização de medidas previamente decididas, o que será desastroso. É impossível improvisar quando não se possuem os recursos que tinham sido garantidos mas que não haviam sido confirmados. De facto, nem todas as pessoas se comprometem com o mesmo grau de fiabilidade no cumprimento das suas funções...

A motivação de cada elemento da equipa é também abordada neste filme e fica claro que as relações afetivas e familiares

são um estímulo decisivo para não desistir e conseguir encontrar forças julgadas perdidas...

Tópicos de análise:

1. Conhecer os limites pessoais é essencial ao marcar os objetivos.
2. Um plano só se concretiza pelo emprego de uma logística adequada.
3. Os interesses puramente pessoais são pouco eficazes como força motivacional.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

